em um momento de recessão econômica, as preocupações com a estabilidade financeira das aposentadorias e os sistemas de seguridade social mais amplos inevitavelmente se tornam mais urgentes. A União Europeia, bloco regional onde o envelhecimento é um fato, identifica os seguintes desafios para a adoção de políticas para a população idosa: identificar formas de desenvolver o papel e o potencial da população ativa aposentada; melhorar a situação das mulheres mais velhas; gerenciar uma força de trabalho envelhecida; fazer a transição do trabalho para a aposentadoria; prestar atendimento e acesso a atendimento a idosos dependentes; fortalecer a solidariedade entre gerações e a integração dos idosos em perigo de isolamento; preparar as cidades (equipamentos e serviços) para atender a um número cada vez maior de idosos; o preconceito contra a velhice e a negação da sociedade quanto a esse fenômeno, que colaboram para a dificuldade de se pensar políticas específicas para esse grupo; e a formação que se deve dar às novas gerações, para que não absorvam o *ageism*, expressão que deriva do vocábulo inglês *age* (idade) e designa os processos sociais de marginalização e de construção de estereótipos pejorativos relativos à idade cronológica.

ANDRADE, Luana Machado; SENA, Edite Lago Silva; PINHEIRO, Gleide Magali Lemos; MEIRA, Edmeia Campos; LIRA, Laís Santana Santos Pereira. *Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil*: uma revisão integrativa. Rio de Janeiro, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2013, com adaptações.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Luana Machado; SENA, Edite Lago Silva; PINHEIRO, Gleide Magali Lemos; MEIRA, Edmeia Campos; LIRA, Laís Santana Santos Pereira. *Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil*: uma revisão integrativa. Rio de Janeiro, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2013.
Disponível em: <https://www.espon.eu/ACPA>.
Disponível em: <https://www.unfpa.org/fr/node/7682>.
KANSO, Solange. *Processo de envelhecimento populacional*: um panorama mundial. Viçosa, UFV, 2013.
KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. *Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania*: velhos dilemas e novos desafios. Brasília: Revista Sociedade e Estado. vol. 27, n.1, jan./apr. 2012.
LIMA, Ângela Maria Machado; SILVA, Henrique Salmazo; GALHARDONI, Ricardo. *Envelhecimento bem-sucedido*: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. Botucatu, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2008.

**POLÍTICA INTERNACIONAL**

**QUESTÃO 1**

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

No primeiro tópico, espera-se que o (a) candidato(a) ressalte que a política externa do governo de Ernesto Geisel apresenta continuidades em relação à política externa dos governos que o precederam. Um primeiro elemento de continuidade na política externa brasileira, inaugurado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e que se manteve até o final dos governos militares, é o nacional-desenvolvimentismo. Um segundo elemento de continuidade é a busca pela ampliação da autonomia decisória do Brasil nas relações internacionais. Entre os exemplos dessa busca, cita-se a política da equidistância pragmática praticada por Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial, em que ele ora aproximou o Brasil dos Estados Unidos, ora da Alemanha, no intuito de obter ações concretas para o desenvolvimento nacional. Outro exemplo de busca pela ampliação da autonomia decisória ocorreu no âmbito da Política Externa Independente (PEI), entre 1961 e 1964, na medida em que a inserção internacional do País deveria ser conduzida livre dos constrangimentos ideológicos decorrentes da Guerra Fria. Um terceiro elemento de continuidade é a diversificação e a intensificação das relações

diplomáticas e parcerias comerciais entre o Brasil e outros países. Esse elemento tornou-se bastante evidente na PEI, cuja proposta de universalismo traduziu-se na aproximação política e na expansão de mercados em direção a países socialistas e africanos recém-independentes. A inovação do pragmatismo responsável e ecumênico consiste no aprofundamento ou na renovação dos vínculos do Brasil com os países e regiões com quem detinha suas principais relações, como a Argentina, a África etc.

No segundo tópico, é desejável que o (a) candidato(a) demonstre conhecimento da trajetória de Azeredo da Silveira na carreira diplomática, com ênfase em dois acontecimentos. O primeiro deles foi o ingresso do chanceler de Geisel, ainda no início da carreira, no grupo Novos Turcos, formado por jovens diplomáticas que estavam descontentes com a condução do ministério e debatiam ideias alternativas. O segundo acontecimento foi a ocupação do cargo de Embaixador do Brasil na Argentina entre o final da década de 1960 e o início da de 1970. Esses dois acontecimentos influenciaram o pensamento não convencional e crítico de Azeredo da Silveira. Particularmente, a experiência profissional em Buenos Aires fez com que Azeredo da Silveira se opusesse à prática diplomática histórica de acomodação dos interesses brasileiros e argentinos na Bacia do Prata, mantendo a cordialidade nas relações, e defendesse a atuação do Brasil na América do Sul livre de constrangimentos que as elites políticas nacionais e regionais se autoimpunham. Para Azeredo da Silveira, a realidade de poder mudou na região, e a Argentina não detinha mais condições materiais e ideacionais para pressionar o Brasil. Esse pensamento era realista, com base na lógica da distribuição do poder, também se estendia por todo o globo e preconizava que o Brasil deveria aproveitar seus recursos de poder – tais como a dimensão territorial e geográfica, a capacidade de diálogo e as tradições diplomáticas – para ampliar a autonomia decisória na inserção internacional. Mais do que isso, Azeredo da Silveira acreditava que, em meio a *détente*, o governo brasileiro poderia promover alterações no sistema internacional, que fossem favoráveis aos interesses nacionais, como a proposição de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) na Assembleia Geral da ONU de 1976, e que permitissem ao país superar suas circunstâncias históricas. O realismo do chanceler, alinhado com a disposição de Geisel em realizar mudanças na política externa, foi um dos principais fundamentos para a concepção e implementação do pragmatismo ecumênico e responsável.

No terceiro tópico, é importante que o (a) candidato(a) argumente, inicialmente, que a política externa de Geisel seguiu uma lógica universalista. O universalismo ganhou fôlego no pragmatismo ecumênico e responsável pelo abandono do alinhamento automático com os Estados Unidos, uma primeira linha de ação diplomática no período, e até mesmo pelo estremecimento das relações com Washington após o rompimento do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em 1977. Em decorrência da crise do Petróleo de 1973, uma segunda linha de ação diplomática dessa política foi a aproximação com os países do Oriente Médio, tanto política quanto comercialmente. Por um lado, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) abriu um escritório em Brasília; por outro, o Brasil aumentou a exportação de produtos primários, produtos industriais e serviços para trocar por petróleo. Uma terceira linha de ação foi o aumento do protagonismo brasileiro na ONU e nas organizações internacionais em convergência com posições terceiro-mundistas, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de uma agenda global focada no desenvolvimento. Uma quarta linha de ação foi o incremento da política africana, sobretudo, pelo estreitamento das relações políticas e econômicas com os Estados da Linha de Frente. Uma quinta linha de ação foi a intensificação das relações com a Europa Ocidental e o Japão, destacando-se, no primeiro caso, a assinatura do Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha em 1975. Outras linhas de ação que ainda poderiam ser mencionadas são: o incremento do comércio com a República Popular da China, a Iniciativa Amazônica, o início das negociações com a Argentina para a resolução da questão energética na Bacia do Prata etc.

**REFERÊNCIAS**

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979). *In*: *Revista Brasileira de Política Internacional,* v. 47, n. 2, p, 191-222, 2004.

LIMA, Sérgio E. M. (org.). *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, 5 ed. Brasília: Edu – UnB, 2017.

VIZENTINI, Paulo F. *Relações internacionais do Brasil*: de Vargas a Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

**QUESITOS DE PONTUAÇÃO – QUESTÃO 1**

Q01 – Identificação do nacional-desenvolvimentismo como um antecedente do pragmatismo ecumênico e responsável.

Q02 – Identificação da busca pela ampliação da autonomia decisória nas relações internacionais como um antecedente do pragmatismo ecumênico e responsável.

Q03 – Identificação da diversificação e da intensificação das relações diplomáticas e das parcerias comerciais como um antecedente do pragmatismo ecumênico e responsável.

Q04 – Exemplificação dos antecedentes históricos nos governos anteriores a Geisel.

Q05 – Conhecimento da trajetória diplomática de Azeredo da Silveira.

Q06 – Apresentação da posição de Azeredo da Silveira acerca da Argentina.

Q07 – Apresentação e desenvolvimento do pensamento realista de Azeredo da Silveira.

Q08 – Identificação do fim do alinhamento automático com os Estados Unidos.

Q09 – Identificação de pelo menos outras quatro linhas de ação diplomática.

Q10 – Exemplificação de iniciativas desenvolvidas em cada linha de ação diplomática.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

**QUESTÃO 2**

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – No primeiro tópico, espera-se que o candidato exponha os principais cenários estratégicos da Eurásia desde a publicação do artigo de Mackinder, com os alinhamentos de potências que caracterizaram a (1) a I Guerra Mundial, (2) a II Guerra Mundial, (3) a Guerra Fria, (4) o cenário da globalização e (5) o cenário contemporâneo.

Q02 – Além do conhecimento histórico básico – que potências se aliaram e contra quem –, o candidato deve demonstrar capacidade de utilizar criticamente a tese de Mackinder: os alinhamentos estratégicos da I e II Guerra Mundial, em que a Rússia se aliou às potências navais (EUA e Grã-Bretanha) e à França contra a Alemanha, não correspondem exatamente à previsão geopolítica feita no artigo de 1904. A hipótese temida por Mackinder, de aliança entre Alemanha e Rússia, não se verificou, exceto brevemente (1939-41), durante a vigência do Pacto Molotov-Ribbentrop.

Q03 – Espera-se que o candidato, ao analisar o cenário da Guerra Fria, aponte que o controle da Heartland por uma aliança de potências liderada pela Rússia verificou-se entre a fundação da República Popular da China (1949) e a ruptura sino-soviética (começo dos anos 1960). Deve apontar que essa aliança-pivô foi contrabalançada por uma rede de alianças liderada pelos EUA em vários pontos do crescente interior (Europa Ocidental com a OTAN, Irã da época do Xá, Japão, Austrália, Coreia do Sul etc). Dessa forma, estabeleceu-se um equilíbrio entre as potências navais e a aliança-pivô, e esta não chegou a dominar a Ilha-Mundo, nem contestar seriamente a supremacia naval das potências do crescente externo. É importante mencionar como os EUA se beneficiaram, nos anos 1970, da aproximação com a China, que consolidou o rompimento da aliança-pivô.

Q04 – Espera-se que o candidato comente que, depois da desintegração da URSS e do bloco soviético (1989-91), seguiu-se momento de hegemonia mundial da aliança liderada pelos EUA, que coincidiu com o apogeu da globalização, indicando como essa hegemonia foi contestada a partir da Guerra do Iraque (2003) e da crise financeira mundial (2008).

Q05 – Por fim, é importante apontar as consequências para o equilíbrio mundial de poder da ascensão econômica e tecnológica da China, a partir das reformas de Deng Xiaoping (virada dos anos de 1970 para 1980) e da entrada da China na OMC (2001). É importante que o candidato mencione que a aliança-pivô postulada por Mackinder já não se construiria sob a

hegemonia da Rússia, mas a partir de aliança entre China e Rússia, comentando também a possibilidade de um novo bipolarismo entre EUA e China e contrastando essa hipótese com alternativas (manutenção da hegemonia dos EUA, multipolaridade etc).

Q06 – No segundo tópico, espera-se que o candidato aponte que os EUA herdaram, no século 20, a preocupação do Império Britânico em evitar que uma única potência (primeira Alemanha, depois Rússia) controle toda a Europa e, a partir daí, estabeleça uma hegemonia sobre a Eurásia e a Ilha-Mundo. Intervieram na I e II Guerras Mundiais, depois de iniciadas, ao lado da Grã-Bretanha, para evitar a vitória alemã e, na Guerra Fria, construíram uma rede de alianças em áreas periféricas para evitar o domínio da Eurásia pela aliança liderada pela Rússia, o bloco soviético. Quando esse bloco se desintegrou, os EUA encontraram-se em situação de hegemonia mundial e, desde então, procuram evitar que volte a existir um bloco rival na Eurásia.

Q07 – É importante indicar que a consolidação da aliança sino-russa poderia resultar em uma aliança-pivô, de acordo com a definição de Mackinder, e em um rival estratégico para os EUA. Interessa aos EUA, portanto, impedir que essa aliança-pivô se consolide e, ao mesmo tempo, reforçar suas relações com os Estados da Rimland, inclusive Japão, Índia, Austrália, Leste Europeu, Golfo Árabe, Israel e outros.

Q08 – Convém mencionar que a China se recuperou gradualmente, na segunda metade do século 20, da prostação resultante do chamado "século de humilhações" (1839-1949), e que vem recuperando sua condição natural como um dos principais polos de poder mundial. Seu objetivo estratégico é manter condições geopolíticas (segurança) e geoconômicas (importação de petróleo e outras matérias-primas, exportação de manufaturados, crescente sofisticação tecnológica) para a continuidade de sua ascensão. Vulnerável a bloqueio por potências aeronavais como os EUA, a China procura reduzir sua dependência do comércio marítimo pela Belt and Road Initiative (que concretizaria a integração econômica da Eurásia prevista por Mackinder) e pelo aumento da integração energética com a Rússia.

Q09 – Procura, também, absorver a tecnologia militar russa e desenvolver sua própria capacidade de dissuasão militar em relação aos EUA e aliados. É importante analisar a hipótese de que a China, assumindo a condição de rival estratégico dos EUA, projete poder em seu entorno imediato e mais além.

Q10 – Espera-se também que o candidato comente a recuperação do poderio russo depois do colapso dos anos de 1990. A Rússia, apesar de base econômica e demográfica menos significativa que EUA e China, procura manter-se como potência de primeiro plano nos domínios militar, diplomático, de inteligência e de energia. A disputa com a aliança ocidental por influência nos países recém-independentes, resultado do fim da URSS (bálticos, Ucrânia, Cáucaso), resultou, porém, em deterioração das relações com Europa e EUA. Do ponto de vista russo, o insucesso nas relações com o Ocidente vem resultando em uma estratégica eurasiática de aproximação com a China e de retorno ao cenário estratégico do Oriente Médio, de onde a Rússia se havia retirado em 1991. Convém analisar o dilema estratégico russo entre um Ocidente que a rejeita e uma China que, por seu gigantesco peso econômico e demográfico, pode colocá-la em situação de dependência.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

## QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que seguem.

Q01 – A política externa do governo de Mauricio Macri, iniciado em 2015, sobressai pelo discurso de reinserção da Argentina nos fluxos internacionais de comércio e investimentos, de recuperação da credibilidade externa na segurança jurídica do país (que inclui pleito de acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE) e reaproximação com o mundo desenvolvido, em particular com Estados Unidos da América (EUA) e Europa Ocidental, históricas fontes de investimento na Argentina.

Q02 – As vertentes da política externa de Macri contrapõem-se às seguidas pelas três administrações Kirchner (2003-2015), marcadas por fortalecimento do intervencionismo estatal na economia e reversão de privatizações dos anos de 1990, elementos que haviam alienado investidores e governos daqueles parceiros tradicionais. O período Kirchner notabilizou-se, ademais, por aproximação com grandes economias emergentes como Rússia e, sobretudo, China (em sincronia com alta global dos preços de *commodities*), bem como, no plano regional, por acercamento aos governos de orientação social-democrata ou socialista então ascendentes, em particular as administrações então identificadas como "bolivarianas", como Bolívia, Equador e, principalmente, Venezuela, que se tornou aliado e credor da Argentina.

Q03 – As diretrizes de Macri no campo externo assemelham-se, por outro lado, ao caminho trilhado por Carlos Menem (1989-1999), em particular no que se refere à integração da Argentina à economia internacional e à aproximação com os EUA. O acesso a grandes mercados extrarregionais, ambicionado por Macri, defrontou-se, porém, com a investida protecionista do governo norte-americano sob Donald Trump, que difere notadamente da posição de Washington nos anos de 1990 (quando Menem governava em Buenos Aires), em defesa de uma área de livre comércio hemisférica. À parte aval dos EUA para eventual acessão à OCDE (2017) e negociações com o FMI (2018), Macri pouco obteve de Trump. Restava concentrar-se nas tratativas do MERCOSUL com a União Europeia, sem evolução significativa sob os governos Kirchner.

Q04 – O MERCOSUL não mais se pautaria por linhas-mestras como a do Consenso de Buenos Aires, de 2003, que oficialmente defendia a integração regional sob um prisma de inclusão social e combate à desigualdade. O bloco regional constitui, para Macri, instrumento de integração da Argentina às cadeias transnacionais de agregação de valor. A retomada das tratativas do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, cujo capítulo comercial viu-se concluído em junho passado, mostrou ser exemplo primordial dessa reformulação do MERCOSUL. O bloco logrou, em agosto último, entendimento similar com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e conduz rodadas negociadoras similares com Canadá e Coreia do Sul, entre outros.

Q05 – Quanto à dimensão política do MERCOSUL, a Argentina sob Macri buscou protagonismo em ofensiva pelo isolamento da Venezuela por meio da aplicação do Protocolo de Ushuaia contra um regime crescentemente autoritário, que subtraía poderes da Assembleia Nacional eleita em 2015, com maioria de oposição. A pressão argentina foi instrumental para que a Venezuela não exercesse a presidência *pro tempore* do bloco em 2016 (por descumprimento de questões técnicas de caráter comercial) e viesse a ser definitivamente suspensa do MERCOSUL em 2017, por "ruptura da ordem democrática".

Q06 – Igualmente no plano regional, a UNASUL, organismo fortemente respaldado pela Argentina durante os governos Kirchner, foi gradualmente esvaziada de poder e atribuições em decorrência de percebida identificação com o regime venezuelano e aliados remanescentes, à parte controvérsia irresoluta no processo de sucessão de seu secretário-geral. A Argentina retirou-se da UNASUL em 2019, após firmar, junto com o Brasil, a Declaração de Santiago, instrumento criador do Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), com o objetivo de "desideologizar" o relacionamento entre países sul-americanos.

Q07 – A mudança de orientação política no Brasil, a partir de 2016, contribuiu de forma decisiva para a reconfiguração do curso de ação do MERCOSUL – sobretudo no que tange às negociações com a UE e ao tratamento da Venezuela – e reforçou a "aliança estratégica" da Argentina com o Brasil.

Q08 –No contexto bilateral, a constituição, em 2016, da Comissão de Produção e Comércio Bilateral retomou encontros de alto nível para tratamento da agenda econômico-comercial que desde 2011 não se realizavam com a devida regularidade. Por ocasião da visita de Estado de Macri ao Brasil, em 2017, firmou-se Plano de Ação que reforçou o trabalho conjunto em temas-chave como cooperação nuclear (que tem como exemplo importante projeto de reator multipropósito para produção de radiofármacos), compras governamentais (com conclusão de protocolo intra-MERCOSUL na área em 2017) e segurança nas fronteiras (com assinatura, em 2018, de acordo para criar base de dados comum no combate ao crime organizado e a ilícitos transnacionais), entre outros.

Q09 – Pendências de liberalização comercial viram-se, contudo, postergadas, como nos casos do açúcar e do setor automotivo, ambos com histórica postura defensiva argentina: naquele último, prevê-se livre comércio, após recente entendimento bilateral, somente em 2029.

Q10 – A vinculação da política externa argentina com a conjuntura doméstica teve lugar por meio de reformas que ambicionavam equalizar o marco regulatório econômico com os modelos predominantes nos países desenvolvidos e na OCDE: após a lei de normalização da dívida pública (que saldou as pendências remanescentes da moratória de 2001 com os

chamados "fundos abutres" ao custo de aproximadamente US$ 12 bilhões), foram aprovadas novas legislações de parcerias público-privadas, de "teto" fiscal (federal e subnacional) e de responsabilidade penal empresarial.

O processo reformista empreendido por Macri careceu, todavia, tanto de diligência quanto de profundidade: por não dispor de maioria parlamentar em ambas as câmaras legislativas (situação insólita desde a redemocratização em 1983), o presidente protelou a reforma trabalhista por tempo indeterminado e flexibilizou reformas como as da previdência e a tributária. Em razão dessa limitação de caráter político, o conjunto de seu programa de governo teve, ao longo de seu mandato, efeito reduzido sobre a situação fiscal argentina e a confiança do empresariado interno e externo nos rumos da economia.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

**QUESTÃO 4**

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

No primeiro tópico, espera-se que o (a) candidato(a) explique que as operações de paz não estavam previstas originalmente na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e, consequentemente, os fundamentos jurídico-normativos delas evoluíram de forma consuetudinária. No contexto de estabelecimento da Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I, na sigla em inglês), o então secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, teria sugerido que o fundamento jurídico para essa decisão estaria no "Capítulo VI e meio" da carta constitutiva da organização, combinando medidas de solução pacífica de controvérsias, do Capítulo VI, e medidas que possibilitam o emprego da força, do Capítulo VII. A esses dois capítulos, pode-se adicionar o Capítulo VIII, que dispõe de ações em conjunto com órgãos regionais para a manutenção da paz e segurança internacionais, como a base jurídico-normativa primária das operações de paz. O ideário da segurança coletiva, que perpassa o documento onusiano mencionado, também se relaciona com as operações de paz.

No que se refere ao segundo tópico, sabe-se que há pelo menos quatro gerações de operações de paz, sendo a identificação de uma quinta facultativa por parte do(a) candidato(a) na resposta. Essas gerações são divididas cronologicamente e apresentam um conjunto de características comuns, embora seja possível que operações de gerações distintas coexistam em um mesmo período, que, por exemplo, operações de primeira geração continuem em atividade até hoje, ou ainda que uma operação tenha se iniciado em uma geração e passado para outra geração. A primeira geração iniciou-se em 1948, com o estabelecimento da primeira operação de paz, a Organização de Supervisão da Trégua das Nações Unidas (UNTSO, na sigla em inglês), e se estendeu por todo o período da Guerra Fria. Essencialmente, as operações de primeira geração fundamentaram-se nas disposições do Capítulo VI da Carta da ONU, objetivaram a criação de um ambiente propício para a resolução pacífica das controvérsias e consagraram três princípios básicos, quais sejam: o consentimento do país receptor da operação, o tratamento imparcial às partes opositoras e a proibição do uso da força pelas tropas da ONU (exceto em caso de legítima defesa).

A segunda geração teve início com a derrocada da Guerra Fria e se estendeu pela década de 1980. As operações de paz dessa geração tornaram-se mais complexas e passaram a promover a transição para a paz. Dessa forma, essas operações começaram a envolver novas tarefas civis e seus mandatos incluíam a prestação de ajuda humanitária, proteção dos direitos humanos, supervisão de eleições, entre outras questões. Apesar dessa ampliação do escopo, a segunda geração ainda se pautava, sobretudo, nas disposições do Capítulo VI da Carta da ONU. Ainda nessa geração, o então secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, propôs dois documentos importantes: a Agenda para a Paz (1992) e o Suplemento à Agenda para a Paz (1995). Em conjunto, esses dois documentos estabeleceram uma tipologia, ainda válida, de atividades a serem desempenhadas nas operações de paz, tais como: diplomacia preventiva, negociação (*peacemaking*), manutenção da paz (*peacekeeping*) e consolidação da paz pós-conflito (*post-conflict peacebuilding*).

A terceira geração das operações de paz surgiu no final da década de 1990 e se manteve até meados da década de 2000. Diante dos fracassos da ONU em conter genocídios, limpeza étnica e crises humanitárias, como as situações que ocorreram em Ruanda, Somália e Bósnia, os princípios básicos e as normas de procedimento das operações de paz foram revistos. O Relatório Brahimi, publicado em agosto de 2000 pela ONU, foi o documento que sintetizou a revisão de princípios e normas em 63 recomendações. Essas recomendações pressupunham o estabelecimento de operações de paz mais robustas, de imposição da paz, sob os auspícios do Capítulo VII da Carta da ONU. O respeito incondicional aos princípios básicos poderia resultar na inação, e esta, por sua vez, reproduzir novamente situações que se desejava superar. Com efeito, as operações de paz de terceira geração contaram com a maior utilização da força militar no cumprimento do mandato, na proteção dos civis e na garantia dos direitos humanos.

A quarta geração das operações de paz surgiu em meados da década de 2000, quase concomitante à terceira geração, e está atualmente em curso. A atual geração é um aperfeiçoamento da geração anterior, com propósito ainda mais robusto e direcionado para a reconstrução dos países hospedeiros (isto é, onde as operações ocorrem) após o término dos conflitos. Essa reconstrução envolve a estabilização do país hospedeiro, o reestabelecimento de suas instituições estatais e a restauração dos sistemas político e econômico. O uso da força combina-se com tarefas civis mais complexas, incluindo, em alguns casos, a administração transitória do país hospedeiro, de modo que a soberania é transferida temporariamente à operação da ONU, a exemplo do que ocorreu na Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET, na sigla em inglês). No âmbito dessa quarta geração, a ONU publicou o documento intitulado "Operações de manutenção da paz das Nações Unidas: princípios e diretrizes", também conhecido como Doutrina Capstone, com a finalidade de propor fundamentos doutrinários para a condução de operações dessa natureza. Caso o (a) candidato(a) opte por apresentar uma quinta geração, esta seria das operações híbridas, que a ONU realiza em parceira com organizações regionais e que podem contar com um comando misto (militares e policiais).

Quanto ao terceiro tópico, é importante comentar que o Brasil tem um histórico bastante favorável no que diz respeito à participação em operações de paz. O País participa dessas operações desde o início, esteve em mais de 60% delas e enviou tropas militares e pessoal civil para mais de 50 missões. O engajamento brasileiro foi maior na segunda geração em termos de quantidade de operações, quando o País esteve presente em 17 delas, e na quarta geração em termos de envio de tropas militares e pessoal civil, particularmente por causa da Missão para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, na sigla em inglês). Espera-se que o (a) candidato(a) escolha pelo menos duas operações de paz da lista a seguir, que contém o histórico completo da participação brasileira nessas operações por geração. É facultativo ao (à) candidato(a) apresentar os exemplos quando estiver discorrendo acerca das gerações solicitadas no item anterior.

- 1ª geração: UNEF I (Sinai e Faixa de Gaza), ONUC (Congo), UNSF (Nova Guiné Ocidental), DOMREP (República Dominicana), UNIPOM (Índia/Paquistão) e UNFICYP (Chipre).
- 2ª geração: UNAVEM I (Angola), ONUCA (América Central), UNAVEM II (Angola), ONUSAL (El Salvador), MINURSO (Saara Ocidental), ONUMOZ (Moçambique), UNTAC (Camboja), UNOMSA (África do Sul), UNPROFOR (Ex-Iugoslávia), UNOMUR (Ruanda/Uganda), UNOMIL (Libéria), UNCRO (Croácia), UNAVEM III (Angola), UNPREDEP (Macedônia), UNTAES (Eslovênia), UNMOP (Pevlalka), MINUGUA (Guatemala) e MONUA (Angola).
- 3ª geração: UNTAET (Timor Leste), UNMIK (Kosovo), UNMISET (Timor Leste), MINURCAT (África Central e República do Chade) e UNIFIL (Líbano).
- 4ª geração: UNIMEE (Etiópia e Eritreia), UNMIL (Libéria), UNOCI (Costa do Marfim), MINUSTAH (Haiti), UNMIS (Sudão), UNMIT (Timor Leste), UNMIN (Nepal), MONUSCO (República Democrática do Congo), UNISFA (Abyel), UNMISS (Sudão do Sul), UNSMIS (Síria) e MINUSCA (África Central).

No quarto tópico, o (a) candidato(a) poderá utilizar as versões anteriores ou atuais dos documentos condicionantes da defesa nacional na resposta do item: a Política de Defesa Nacional (2005), a Política Nacional de Defesa (2012 ou 2016), a Estratégia Nacional de Defesa (2008 ou 2012) e o Livro Branco de Defesa Nacional (2012 e 2016). Qualquer uma dessas versões não modifica as ações, diretrizes e (ou) orientações acerca da participação brasileira em operações de paz. Alguns exemplos de ações, diretrizes e (ou) orientações que podem ser mencionadas na resposta: o incremento da participação brasileira em operações de paz; o aperfeiçoamento do preparo das forças armadas para participar em operações de paz,

particularmente por meio do Centro de Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB); a capacidade de projeção de poder no meio internacional, visando à participação em operações de paz; o fortalecimento do sistema de segurança coletiva; o emprego do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil em operações de paz; e o desenvolvimento de uma força expedicionária no Exército Brasileiro capaz de ser empregada em operações de paz.

**QUESITOS DE PONTUAÇÃO - QUESTÃO 4**

Q01 – Reconhecimento da ausência do termo operações de paz na Carta da ONU.

Q02 – Apresentação de fundamentos normativos para as operações na Carta da ONU (Capítulos VI, VII e VIII e segurança coletiva).

Q03 – Operações de paz de primeira geração (Guerra Fria, condições para a paz e princípios básicos).

Q04 – Operações de paz de segunda geração (década de 1990, transição para a paz e documentos de Boutros Boutros-Ghali).

Q05 – Operações de paz de terceira geração (final dos anos de 1990 e meados dos anos 2000, imposição da paz e Relatório Brahimi).

Q06 – Operações de paz de quarta geração (meados de 2000 em diante, reconstrução do país e Doutrina Capstone).

Q07 – Identificação correta da participação brasileira nas operações de paz em cada geração.

Q08 – Apresentação de pelo menos um documento estruturante da defesa nacional.

Q09 – Identificação do incremento da participação brasileira em operações de paz como uma das ações, diretrizes e (ou) orientações de documentos estruturantes da defesa nacional voltadas para a participação brasileira em missões de paz

Q10 – Identificação de pelos menos duas outras ações, diretrizes e (ou) orientações de documentos estruturantes da defesa nacional voltadas para a participação brasileira em missões de paz.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Israel de O.; FRANCO, Luiz G. A. Operações de paz da ONU como instrumento da política externa do Brasil *In*: DESIDERÁ NETO, Walter A.; FLORENCIO, S. A. e L.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SILVA FILHO, Edilson B. da. *Política externa brasileira em debate*: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: Ipea: FUNAG, 2018, p. 567-591.

ANDRADE, Israel de O.; HAMANN, Eduarda P.; SOARES, Matheus A. *A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas*: evolução, desafios e oportunidades. Texto para Discussão 2442. Brasília: Ipea, 2019.

DINIZ, Eugenio. O Brasil e as operações de paz. *In*: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio C. *Relações internacionais do Brasil*: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 303-337.

KENKEL, Kai M. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". *In*: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, 2013 p. 122-143.

RODRIGUES, Anselmo de O.; MIGON, Eduardo X. F. G. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. *In*: *Revista Carta Internacional*. Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 77-103.

UZIEL, Eduardo. *O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas*. 2 ed. Brasília: Funag, 2015.